

Ano XXXIII, no 118 - Dezembro, 2023



Cinco décadas de transformações da Psicologia brasileira



.

EDITORIAL

Psicóloga e psicólogo,

Você está recebendo a edição especial do Jornal do Federal sobre os 50 Anos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), celebrados em dezembro de 2023.

Neste exemplar você fica por dentro tanto das atividades que marcaram a solenidade de comemoração ao cinquentenário do CFP, realizada no mês de dezembro, em Brasília/DF, quanto dos grandes marcos, estruturas e ações que dão o contorno dessa história de cinco décadas e de suas contribuições à Psicologia brasileira.

Ao longo das próximas páginas, serão apresentadas as iniciativas, transformações e produtos que consolidaram a missão institucional do CFP de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicóloga(o) no Brasil, bem como a relevância da Psicologia para a sociedade.

Para revisitar essa trajetória, temas como os(as) pioneiros da Psicologia; a constituição do primeiro Plenário do CFP; a definição da estrutura do Sistema Conselhos de Psicologia e a criação dos Conselhos Regionais; e o modo como se dá a organização e o funcionamento do Sistema Conselhos.

Também integram a edição outras questões fundamentais, como a história e importância da avaliação psicológica; os processos censitários da Psicologia; o papel da nossa ciência e profissão no âmbito da Assistência Social; a Psicologia nas políticas públicas; especialidades em Psicologia; avaliação psicológica; Psicologia e sua interface com os direitos humanos; o olhar e desafios da profissão no futuro.

Confira conosco um passeio por essa história, que é também sua.

Boa leitura!



Jornal do Federal é uma publicação do Conselho Federal de Psicologia Ano XXXIII, nº 118 - Dezembro, 2023

Endereço: SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, sala 104

CEP: 70.070-600 - Brasília/DF, Brasil.

Fone: (61) 2109-0100

www.cfp.org.br

facebook.com/conselhofederaldepsicologia

Twitter @cfp_psicologia

Instagram @conselhofederaldepsicologia

XIX Plenário | Gestão 2023-2025

CONSELHEIRAS(OS) EFETIVOS

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Ivani Francisco de Oliveira
Izabel Augusta Hazin Pires
Célia Mazza de Souza
Carla Isadora Barbosa Canto
Juliana de Barros Guimarães
Carolina Saraiva Secretária
Roberto Chateaubriand Domingues
Neuza Maria de Fátima Guareschi
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
Raquel Souza Lobo Guzzo

CONSELHEIROS SUPLENTES

Alessandra Santos de Almeida
Nita Tuxá
Evandro Morais Peixoto
Rodrigo Acioli Moura
Fabiane Rodrigues Fonseca
Clarissa Paranhos Guedes
Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo
Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
Marina de Pol Poniwas
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo
Jefferson de Souza Bernardes

COORDENADORA GERAL ESTRATÉGICA

Emanuelle Silva

COORDENADOR-GERAL EXECUTIVO

Rafael Menegassi Taniguchi

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Marília Mundim

REPORTAGEM

Raphael Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Diego Soares



CFP 50 Anos: solenidade destaca contribuições à Psicologia e à sociedade

Evento ressaltou grandes projetos e ações que moldaram história e legados do Conselho Federal de Psicologia

Uma noite de celebração marcou a comemoração ao cinquentenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP), realizada em Brasília/DF e que reuniu autoridades, representantes de entidades e Conselhos de Psicologia de todo o país.

Há cinco décadas, em 20 de dezembro de 1973, foram realizadas a primeira eleição do Conselho Federal, a definição de sua mesa diretora e a reunião plenária inaugural da Autarquia. Desde então, além do aumento expressivo da categoria – que hoje chega a mais de 450 mil profissionais em todo o país –, o CFP vem imprimindo importantes contribuições não apenas ao exercício profissional, mas também no protagonismo da Psicologia diante das transformações e desafios na sociedade.

"Ao longo dessas cinco décadas, o CFP tem demonstrado sua relevância e potência, posicionando o Brasil como o país com o maior número de psicólogas e psicólogos no mundo. É um Conselho atento às transformações do país e às transformações do fazer da profissão", destacou o presidente do CFP, Pedro Paulo Bicalho.

É o que também pontuou a vice-presidenta do CFP, Ivani Oliveira que, em conjunto com Pedro Paulo, conduziu a solenidade: "a criação do Conselho Federal de Psicologia é a culminância de muita luta pelo reconhecimento da profissão. Nesses 50 anos, o CFP foi fundamental para transformar o modelo de Psicologia criado em 1962, constituindo compromissos éticos, científicos e políticos que hoje orientam a Psicologia brasileira".

Trajetória de cinco décadas

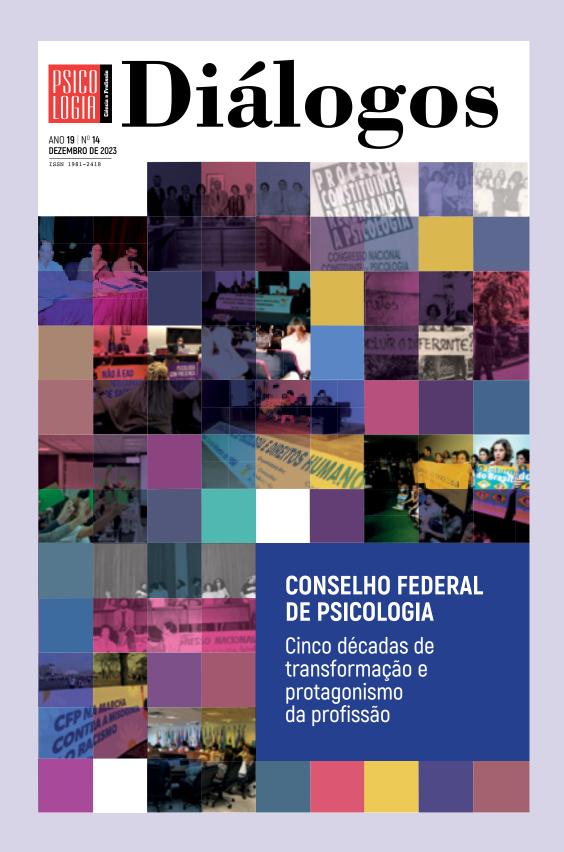
A celebração apresentou ao público uma retrospectiva dos principais fatos que marcaram a trajetória do Conselho Federal de Psicologia ao longo de suas cinco décadas. Desde os avanços na estrutura e gestão administrativa às mudanças que deram os contornos à Psicologia como ciência e profissão.

Em seus cinquenta anos de funcionamento, o Conselho Federal de Psicologia publicou mais de 2 mil normativas de orientação à atuação profissional. Dentre elas, as notórias Resolução CFP nº 01/1974, que criou os sete primeiros Conselhos Regionais de Psicologia, com abrangência em todas as unidades da federação; e a Resolução CFP nº 01/1999, que estabelece normas de atuação para profissionais da Psicologia relacionadas à questão da orientação sexual, e que foi pioneira na garantia de direitos dessa população.

A íntegra do evento pode ser assistida pelo YouTube do CFP.

Revista Diálogos

Durante a cerimônia foi realizado o pré-lançamento da Revista Diálogos, que nesta edição traz como tema os 50 Anos do Conselho Federal de Psicologia. Elaborado em conjunto com os Conselhos Regionais, o periódico revisita a trajetória do CFP percorrendo conquistas fundamentais.



Projeto Memórias da Psicologia



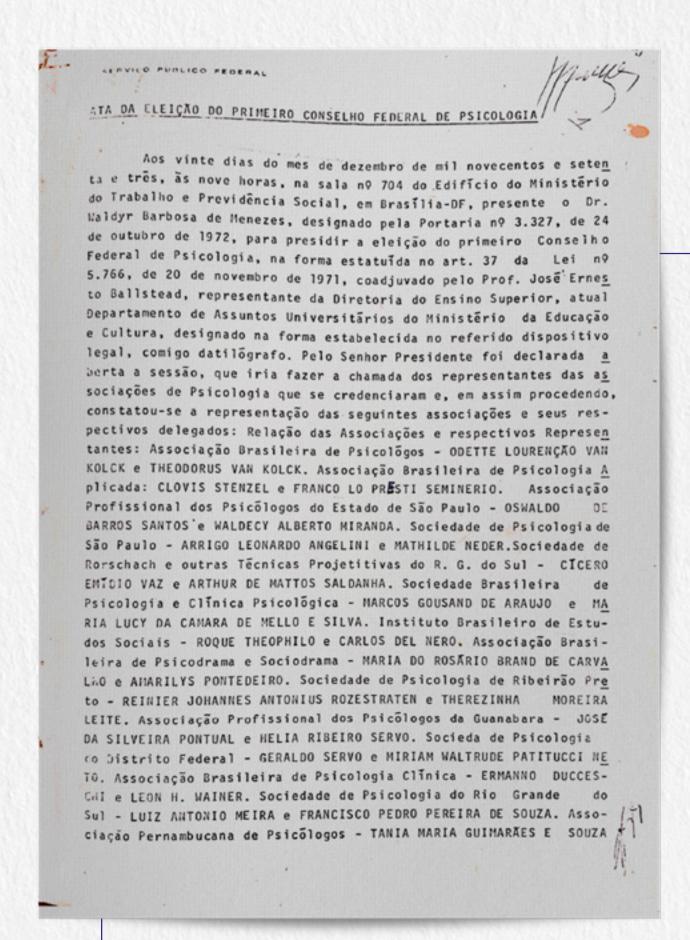
A celebração do primeiro cinquentenário do CFP marca também o lançamento das ações do projeto Memórias da Psicologia. Instituído pela Resolução CFP nº 01/2023, a iniciativa busca promover o resgate histórico e o devido registro do legado da Psicologia como ciência e

profissão no Brasil. O projeto tem caráter permanente e prevê ações que buscam identificar, catalogar e preservar os arquivos existentes no campo da Psicologia. O objetivo é fomentar a divulgação da história do Conselho Federal e da própria Psicologia brasileira.

Entre as ações que integram a estratégia está o registro historiográfico e audiovisual desse acervo, além da fundação de museu dedicado à Memória da Psicologia Brasileira. Para apoiar na coleta desse material, o CFP vai promover a indução de uma grande articulação nacional para a captação de conteúdo histórico, que contribua com o registro dessa trajetória, mobilizando a categoria profissional, instituições e Conselhos Regionais de Psicologia de todo o país.

A Criação do Conselho Federal de Psicologia

O CFP foi instituído em dezembro de 1973 e redefiniu os rumos da Psicologia brasileira



Ata de Posse

Ata da 1ª Reunião Plenária do CFP, em 20 de dezembro de 1973.

Reportagem

Correio Braziliense: Ano 1976 Edição 05026.

Em 20 de dezembro de 1973, atendendo a uma convocação do Ministério do Trabalho, associações de Psicologia se reuniram para eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Psicologia (CFP) - conforme fora estabelecido pela Lei de criação do Sistema Conselhos de Psicologia, promulgada em 1971.



15.755, de 20 de hovembro de 1971, coadouvado pelo Prof. José Ernes

Primeira sede do Conselho



Nos primeiros anos de funcionamento do CFP, as atividades se davam em local cedido pela Delegacia Regional do Trabalho, em Brasília/ DF.

A primeira sede própria do Conselho foi inaugurada em 1981, no Edifício Rádio Center, na capital federal.

Naquele dia, foi empossado o I Plenário do CFP e eleita a primeira diretoria. As(os) psicólogas(os) Arrigo Angelini, Virgínia Bicudo, Geraldo Servo e Halley Bessa assumiram os cargos de presidente, vice-presidenta, secretário e tesoureiro.



1º Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 1973 a 1976. Com sede em Brasília/ DF e jurisdição nacional, o recém-criado Conselho Federal de Psicologia dá início à sua missão institucional de regulamentar, orientar e fiscalizar o exercício profissional de psicólogas e psicólogas em todo o país.

15.785, de 20 de hovembro de 1971, coadquivado pelo Prof. José Ernes

Pioneiras(os) da Psicologia no Brasil

Profissionais de diferentes áreas e saberes deram início à Psicologia como ciência e profissão no país

Desde antes de 1962 – ano da regulamentação da Psicologia como ciência e profissão no Brasil –, saberes e práticas psicológicas já circulavam, eram apropriadas e integravam outros campos científicos e de trabalho.

Assim, alguns grupos profissionais e de formação

foram considerados aptos a solicitar o registro de psicóloga(o), emitido pelo Ministério da Educação (MEC) conforme o Decreto 53.464/1964, que regulamentou a Lei 4.119/1962 e especificou as condições para o exercício da Psicologia como profissão no país.

Carteiras profissionais emitidas pelo MEC





Identidades profissionais emitidas às(aos) pioneiros da Psicologia.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE PSICÓLOGO

N.º 4.119 DE 27-8-82

Concessão dos registros

Para a apreciação das solicitações de registros profissionais, o MEC instituiu uma Comissão Avaliadora, composta por Lourenço Filho, Antonius Benko, Arrigo Leonardo Angelini, Carolina Martuscelli Bori e Halley Alves Bessa.

Publicação no Diário Oficial da União, datada de agosto

de 1965, que divulga os 500 primeiros registros profissionais de Psicologia no Brasil, começando com o da psicóloga Carolina Bori.

Estas são as primeiras psicólogas e psicólogos registradas no MEC: pessoas pioneiras que pavimentaram a diversidade de práticas profissionais em Psicologia no país.

Oficial da União

nistro da Agricultura, tendo em vista presentar o D. D. I. A. Junto as au o disposto no item 2 da Portaria Mi- tortuaries e entidades publicas ou prinisterial nº 957-57 (Diario Oficial de vadas. 14 de setembro de 1957) e constaterando o que consta nos processos os arts. 145, item i, e 147, da Lei G.M. Trigo ns. 4.12!-64 e 1.690-65, nº).711, de 28 de outubro de 1981

Nº 33 — Designar para constitui-rem a Comissão Calculadora de Capacidade que se encarregara de vistoriar o moinho de trigo de proprie-dade da emprêsa Moinho da Lapa S. A., localizado em São Paulo, o Senhor Responsável pela Inspetoria Regional em São Paulo - S.P., que a presidirá e os Senhores Representantes do Sindicato da Indústria do Trigo do Estado de São Paulo e Sindi-cato da Indústria do Trigo do Esta-

O Assessor para Assuntos do Trigo. com delegação de podéres, na forma função de Assessor, 1-F, desta Direto-do Decreto de 2 de janeiro de 1963 e ria Geral, prevista no parágrafo unico a Portaria nº 484, de 8 de junho de do art: 3º de Regimento acima citado 1964, do Excelentissimo Senhor Minis- e criada pelo Decreto nº 54,774, de 20 tro da Agricultura, tendo em vista o de marçe de 500. disposto no item 2 da Portaria Mi- Nº 14 — Designar de acordo com nisterial nº 955-57 (Diario Oficial de oz arts. 60, stem IV, e 87 oc Regimen-14 de setembro de 1957) e conside- to aprovad pelo Deueto nº 52.662 rando o que consta nos processos de 11 de outubro de 1963, o Assessor. G.M.T. ns. 307-64 e 1.622-65, re- 1-F, desta Diretora Geral, Veterinano

rem a Comissão Calculadora de Ca-pacidade que se encarregara de vistoriar o moinho de trigo de propriedade da firma J. Pretto & Cin. . ocalizado em Lageado - Rio Grande do Sul, o Sr. Responsavel pela Ins-petoria Regional em Pôrto Alegre — R.S., que a presidirá e os Senhores Representantes do Sindicato da Indústria do Trigo do Estado do Rio Grande do Sui e Studicato da Indústria do Trigo do Estado de Santa Ca-tarina. — Antonio Sobral Dantas, Assessor do Trigo, com Delegação de

DEPARTAMENTO DE PESQUI-SAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS

PORTARIA DE 5 DE AGOSTO DE 1965

O Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuarias, tendo em vista o que cons-ta do processo S.C. nº 42.804-64, re-

nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Oficial, de 10-9-63, José Geraldo, Waiter Baptista Mors, Químico Tec-nologista, nºvel 22-C, do Quadro de Dactilógrafo AF-204.7, lotado no De-Pessoal do Ministério da Agricultu-ra, lotado na Divisão de Tecnologia Agropecuária e a disposição do DRNR Agricola e Alimentar, dêste Departamento, para exercer a função gratificada 2-F, de Chefe da Seção de 20-12-63, publicada no Diario Oficial Química Vegetal, do então, I.Q.A., de 3-1-64, SC. nº 24.708-63, do Qua-vaga em virtude da dispensa de Os- dro de Pessoal — Parte Permanente,

PORTARIAS DE 27 DE JULHO

O Diretor-Geral do Departamento de Defesa e Irspeção Agropecuárias,

Nº 11 - Tornar sem efeito a Porque designou o Veterinário, 18-B, Hermenegildo Bastos de Campos para eexrcei a função de Assessor, 1-F, desta Diretoria Geral.

ta Diretoria Geral.

Nº 12 — Tornafis em efeito a Portaria nº 31, de 26 de novembre de 1964, que designou o Assessor 1-F, desta Diretoria Geral, Veterinário 18-B, fiermeneglido Bastos de Campos, para componente da Assessoria representativa dêste Departamento em Brasilia, lidógrafo nivel "7", José Geraldo, dos atribuidos se libro e encarso de corretorio de 1952, combinado com o artigo 33, item 19 e XXII do Decreto nº 52.442 de 3-9-12, que aproveu o Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, publicado no Diário Oficial de 10-9-63, o componente da Assessoria representa-tilografo nivel "7", José Geraldo, dos funcios de Secretário 11-F, de Directo nº 52.442 de 3-9-12, que aproveu o Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, publicado no Diário Oficial de 10-9-63, o combinado com o nº 52.442 de 3-9-12, que aproveu o Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, publicado no Diário Oficial de 10-9-63, o combinado com o nº 52.442 de 3-9-12, que aproveu o Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, publicado no Diário Oficial de 10-9-63, o componente de Assessoria representaatribuindo-se-lhe o encargo de coor- funções de Secretário 11-P, do Dire- 48. Ruth Cerqueira Alvim — SP.

Nº 13 - Designar, de acordo com os arts. 145, item 1, e 147, da Lei combinados 4 m os arts. 5 parágrafo unico, 7º e 60, itens IV e XXI, do Regimento aprovado pese Decreto

nº 52.662, a; 11 de cu'ubro de 1963, Hermenegido astos de Campos, ocupante do cargo de Veterinario, nivei 22-C, do Quadro de Pessoal -Parte Permanente déste Ministèrio. 10tado na inspetoria de Defesa Sanitària Animai do > U. S. A. deste Departamento em Belo Horizonte MO, pôsto a disposição desta Diretoria Geral na forma de art. 1º, alinea a. do Lecreto-let nº 7.440, de 5 de abril de 94s, conforme processo DDIA. 2.516-64, — para exercer a função de Assessor, 1-F, desta Direto-

22-C, Hermenegilon Bastos de Campos. para a assessoria representativa deste Departamento em Brasilia, atribuindo-se-lhe, nos termos do art. 4º do Decreto nº 53.774, de 20 de marco

de 1964, o encargo de coordenar os t abalhos da Assessoria e representar o DDIA junto as autoridades e enti-dades públicsa ou privadas, ficando a sua designação condicionada a observância das Circulares Presidencials ns. 5 e 8, respectivamente de 5 e 23 de maio do corrente ano. — José

DEPARTAMETNTO DE RECUR-SOS NATURAIS RENOVÁVEIS Serviço de Defesa da Flora

e da Fauna PORTARIA Nº 143, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1964

O Diretor do Serviço de Defesa da Flora e da Fauna resolve designar, de acordo com os artigos 72 e 73 § § 1º e 2º da Lei 1.711, de 28-10-952, combinado com o art. 39, item IV e XXII e art. 49 item III do Decreto Nº 70 — Designar, de acôrdo com do Departamento de Recursos Natu-os arts. 145, item I, e 147 da Lei rais Renováveis, publicado no Diário Agropecuária e a disposição do D.R.N.R., pela Portaria nº 827, de car Ribeiro. — Ady Raul da Silva, déste Ministério. Secretário 11-F, do Diretor-Geral do DPEA. Sr. Diretor do Serviço de Defesa da Sr. Diretor do Serviço de Defesa da DEPARTAMENTO DE DEFESA Substituto automático, a função de Encarregado da Turma de Administração, 8-P (TA) deste Serviço durante os isapedimentos legais, even-tuais ou temporários do respectivo Encarregado. — Arlindo de França Monteiro, Diretor. FORTARIA Nº 47, DE 6 DE ABRIL DE 1965

O Diretor do Serviço de Defesa da Flora e da Fauna resolve conceder dispensa a pedido, de acórdo com o artigo 77, da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952, combinado com o

da Fauna e Encarregado Substituto cargo de Dactilógrafo, AF-503.7-A 8-F, da Turma de Administração do

do Quadro de Pessoal - Parte Permanente, dêste Ministério, lotado no Departamento de Recursos Naturais PORTARIA Nº 48, DE 7 DE ABRIL Renováveis, para exercer como substituto automático, a função de En-O Diretor do Serviço de Defesa da carregado da Turma de Administra-Flora e da Fauna resolve designar, cão (T.A.), Símbolo 8-F, dêste Serde acôrdo com os Artigos 72 e 73, viço, durante os impedimentos segais, § 19 e 29 da Lei nº 1.711, de 28 de eventuais ou temporários do respecoutubro de 1962, combinados com o tivo Encarregado; vaga em virtude da Artigo 39, itens IV e XXII e Artigo dispensa, por pedido, do Escrevente49, item III do Regimento do DRNR. Dactilógrafo AF.204.7. José Geraldo.
aprovado pelo Decreto nº 52.442, de — Antônio Alves de Queiroz, Diretor
3-9-63, publicado no Diário Oficial de Substituto do S.D.F.F.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETORIA DO ENSINO

REGISTRO PROFISSIONAL DE PSICOLOGOS

Carolina Martuscell Borl - 5P. Pe Antonius Benko - GB. Pedro Parafita Bassa - MG. Enzo Azzi - SP.

Arrigo Leonardo Angelini — SP. Hanna Ludwig Liopmann — GB. 7. João Bosco Bezerra de Araujo Vinitius da Costa Rodrigues -

9. Romeu de Morais Almeida Zilda Augusta Anselmo – SP. 11. Hebe Rollm de Cariargo Ange-

- lini — SP. 12. Maria José de Barros Fornari de Aguirre - SP. 13. Odette Lourenção Van Kolck

14. Fernando Achilles de Faria Mei-15. Elda Motter (Irmà Rosalva) -

18. Athayde Ribeiro da Silva -- GB. 17. Pedro Oliveira Lima - RJ. 18. Betti Katzensteln - SP. Aniela Meyer Ginsberg — SP.
 Therezinha Lins of Albuquerque

21. Maria Helena da Silva Novaes 22. Monique Rose Aimce Augras -

23. Ruth Nobre Scheetfer - GB. 24. Maria Helena Matteso Moreira 25. Idalina da- Silveira Cunna

26. Maria Lygia Rodrigues Leão MO. 27. Alfredo Carrara te Molo - MG 28. Hélia Ribeiro de Sò - MG. 29. Emilia de Mello Riceiro - RS. 30. Irinėa Sa Carvalho Lichtenberg

31. Maria Santacruz Lima -- GB. Maria Antonia Cunha da Roche e Silva — OB. Anibai Benévolo Calvão — GB. 34. Manuela Garcia Ramirez - RS. Geraldo servo de Jesus — MG. 36. Clovis Ranciaro - SP. 37. Carlos de Oliveira Penteado

SP. 38. Carlos de Moura Bastos — SP. 39. José de Sá - SP. 40. João Baptista D'Avila -41. Oswaldo de Barres Santos

43. José Antonio Amarai Vicira -44. Antônio Carelli - SP. 45. Durinda Julia Ferreira Puoli - Thereza Bordas — SP. 47. Maria Lucia Borges de Oliveira Nitce Pinheiro Melias — SP.
 Vera Lagóa — SP.
 Cleodulpho Vianna Guerra

52. Jose Hugo Simon — RS. 53. Eurodice Freitas — GB. 54. Dilza Pereira — EP. 55. Ruth Vasconcellos Lacerda

Guarana — SP. 56. Aurea Zimelson Schechtman — 57. Suzana Cony Faria Cidade -58. Heraldo Antonio Farla Cidade

- GB. 59. Fernanda Lopes de Almeida -60. Malomar Lund Edelweiss - R8. 61. Maria Neyde Guedes - GB. 62. Maria Fernandes de Oliveira -

 Sara Leibovici — GB. 64. Elisa Dias Velloso — GB. 65. Jose Arvedo Flach — RS. 66. Lia Tereza Reis Neto — GB. 67. Marianna Schreyer — GB. 68. Gycelle Francisca de Araujo Mattos — BA. 69. Luiz Carios Reis Gomes — GB. 70. Adelina Perito Galasso — SP. 71. Maria Sebastiana Ferreira Had-

dad - SP. 72. Maria Stella de Mello Bacchi -73. Belkiss Morato Krahenbuhl 74. Laura Bianca Chlaca - SP.

75. Jacyra Ismene Certe - SP. 76. Clotilde Guerrini Barros Magaldi — SP. 77. Maria Luiza Vietra — SP. 78. Neyde Clement Laurino - SP. 79. Helena Moreira e Silva Carmo 80. Beatriz Helena Whitaker Ferrei-

 Ramzia Gattaz — SP. 82. Alcinda Ferrari de Ulhoa Cin-83. Lydia Luciana Rocha - SP. 84. Lygia Amarai de Souza - SP. 85. Orayde Sampaio Teledo Piza

86. Margarlda Lisboa Vicira Cunha 87. Oilnda Rodrigues Sampalo 88. Clare Isabella Paine - GB. 89. Palmor Brandão Carapeços

90. Yone Neves Graca - SP. 91. Cora de Almeida Cintra - SP. 92. Lilia Augusta Maria Scarano -93. Julia Maria de Almeida Cher-

94. Maria Regina da Silveira Lobo 95. Maria Imelde Pessoa Farah — 96. Maria Alice Magazhães D'Amorim - GB. 97. Joyce Ribeiro Millions - OB.

98. Lúcia Maria de Ipanema Moreira - GB. 99. Ataliba Vianna Ctespo - RJ. 100. Marlise de Souza Nunes - RJ.

Divulgação dos 500 primeiros registros profissionais em Psicologia, após apreciação da Comissão Avaliadora.

Estrutura do Sistema Conselhos

Você sabe quais são as principais diferenças de atribuição entre o CFP e os CRPs? Conheça melhor essas funções e onde estão distribuídos os Conselhos de Psicologia no Brasil

Conselho Federal de Psicologia - CFP

Autarquia federal, de instância superior no âmbito de suas atribuições, com autonomia administrativa e financeira. Tem como função principal o dever de definir, nos termos legais, o limite de competência do exercício profissional, sendo uma instância acionada principalmente em caráter recursal.

Conselhos Regionais de Psicologia - CRPs

Autarquias com poder circunscrito a uma área geográfica e detentoras de autonomia administrativa e financeira. Possui uma relação mais direta com a categoria, exercendo mais ativamente a orientação e fiscalização do exercício profissional.

Categoria

As(Os) psicólogas(os) desempenham um papel crucial na regulamentação e na prática da profissão, ao mesmo tempo que fornecem serviços essenciais para o bemestar e a saúde mental da sociedade. A(O) psicóloga(o), dentro de suas especificidades, atua em diferentes áreas com o objetivo de promover, em seu trabalho, respeito à dignidade e integridade do ser humano.

Saiba Mais:

A resolução CFP n° 01/1974 estabeleceu as zonas de jurisdição e sede dos sete primeiros Conselhos Regionais de Psicologia, abarcando diferentes zonas regionais e contemplando todo o território nacional. Com o crescimento da categoria e seu espalhamento pelo Brasil, essa configuração foi ampliada e atualmente o Sistema Conselhos de Psicologia possui 24 CRPs distribuídos no território nacional.



Processos democráticos e ações organizativas

Os Congressos Nacionais da Psicologia constituem espaço fundamental para a tomada de decisão no âmbito do Sistema Conselhos. Conheça a trajetória do CNP ao longo dessas décadas

O estabelecimento e a promoção de ações democráticas para a tomada de decisões no âmbito do Sistema de Conselhos de Psicologia tiveram um marco fundamental em 1994, durante o I Congresso Nacional de Psicologia (CNP). Vale ressaltar, que em sua ação inaugural, a atividade não era definida como um congresso, mas sim como processo constituinte, como dizia seu título – "Processo Constituinte: Repensando a Psicologia".

1994

Processo constituinte repensando a Psicologia

> CNP₂ 1996

O psicólogo vai mostrar a sua cara

CNP 3 1998

Psicologia: interfaces políticas públicas - globalização

> CNP 4 2001

Qualidade, ética e cidadania nos serviços profissionais: construindo o compromisso social da Psicologia

2004

CNP 5

Protagonismo social da Psicologia

2007 CNP 6

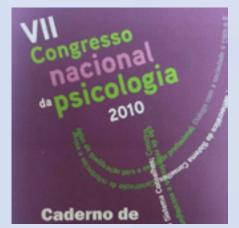
Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão





Protagonismo cial da Psicologia

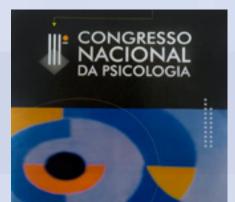
Congresso

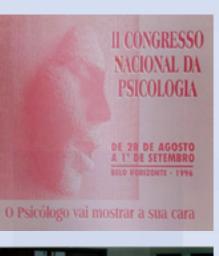






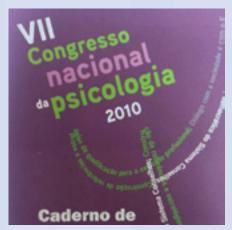












Dois anos após esse marco, um segundo Congresso Nacional de Psicologia (CNP II) foi organizado, sob o tema "O psicólogo vai mostrar a sua cara".

Nessa edição, destacou-se a apresentação das duas chapas que participaram das eleições do Conselho Federal de Psicologia em 1997/1998. Além disso, durante esse mesmo evento, a Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) foi instituída.

Essas ações são as principais formas de expressão da democracia organizativa dentro do Sistema Conselhos de Psicologia. O CNP representa o controle social da categoria sobre o Sistema Conselhos; as eleições expressam a voz das(os) psicólogas(os) por intermédio da escolha de representantes; e a APAF é o instrumento para deliberação de diretrizes de política e gestão.

2010 CNP 7

Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto éticopolítico para a profissão

> CNP 8 2013

Psicologia, ética e cidadania: práticas profissionais a serviço da garantia de direitos

2016 CNP 9

Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária

2019 CNP 10

O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais

2022 CNP 11

O impacto psicossocial da pandemia: desafios e compromissos para a Psicologia brasileira frente às desigualdades sociais

Eleições

APAFs



























CCAP e suas contribuições ao exercício profissional

A Comissão discute e propõe diretrizes, normas e resoluções no âmbito da avaliação psicológica, além de conduzir análise dos instrumentos submetidos ao Sistema de Avaliação de Instrumentos Psicológicos

Há exatos 20 anos o Conselho Federal de Psicologia criou a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) e o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi).

Voltada a debater e propor diretrizes quanto à avaliação psicológica no contexto da atuação profissional, a CCAP representa um marco no desenvolvimento e aprimoramento técnico dos testes psicológicos no Brasil, e da qualidade desse serviço à comunidade.

CCAP e Satepsi demarcam a aplicação da avaliação psicológica a partir de critérios técnicos e científicos, seguindo os princípios estabelecidos pelo Código de Ética da Profissão.

Formação em Psicologia e seus desafios

Os princípios orientadores e a qualidade do ensino sempre estiveram presentes nas ações do Sistema Conselhos

A Carta de Serra Negra

Em 1992 o CFP promoveu o Encontro Nacional de Cursos de Psicologia com coordenadores de todo país. O evento foi realizado na cidade de Serra Negra/SP e resultou na "Carta de Serra Negra", que enuncia sete Princípios Norteadores da Formação em Psicologia e dez Sugestões de Operacionalização desses Princípios.

Quadro 1

CARTA DE SERRA NEGRA - Conselho Federal de Psicologia - 1992

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

- Desenvolver a consciência política de cidadania, e o compromisso com a realidade social e a qualidade de vida.
- Desenvolver a atitude de construção do conhecimento, enfatizando uma postura crítica, fomentando a pesquisa num contexto de ação - reflexão - ação, bem como viabilizando a produção técnico-científica.
- Desenvolver o compromisso da ação profissional cotidiana baseada em princípios éticos, estimulando a reflexão permanente destes fundamentos.
- Desenvolver o sentido de Universidade, contemplando a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- Desenvolver a formação básica pluralista, fundamentada na discussão epistemológica, visando a consolidação de práticas profissionais, conforme a realidade sócio-cultural, adequando o currículo pleno de cada agência formadora ao contexto regional.
 Desenvolver uma concepção de Homem, compreendido em sua integralidade e na
- 6. Desenvolver uma concepção de Homem, compreendido em sua integralidade e na dinâmica de suas condições concretas de existência.
 7. Desenvolver práticas de interlocução entre os vários segmentos acadêmicos, para uma

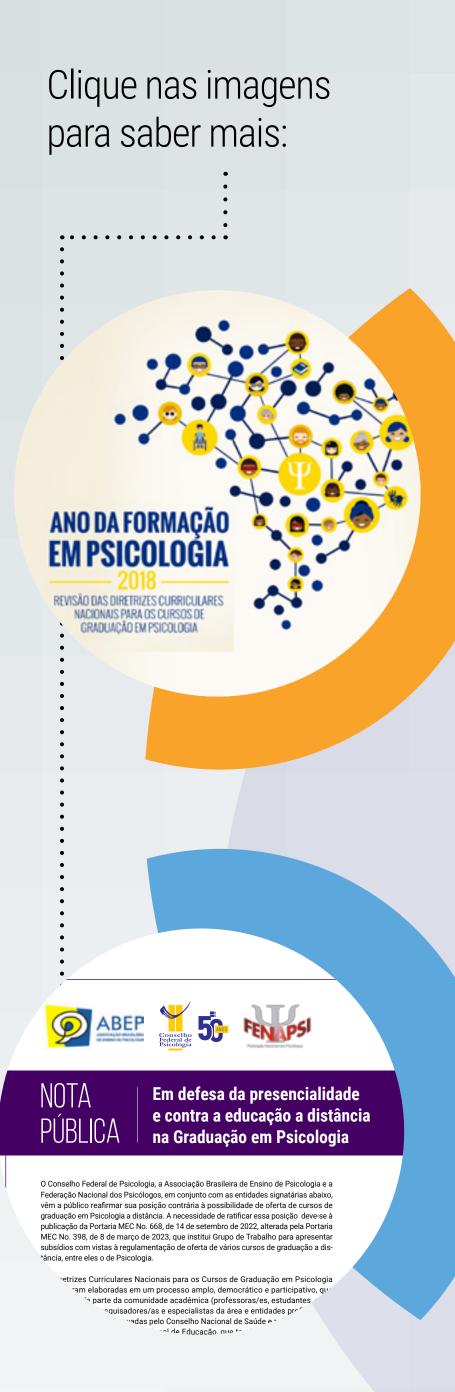
SUGESTÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO

- Implementar una política institucional de contratação, qualificação e avaliação do corpo docente.
- Implementar uma política institucional de acompanhamento do corpo discente em sua formação.
- Procurar garantir, junto às agências formadoras, o suporte institucional necessário à formação profissional.
 Elaborar uma estrutura curricular que possibilite ao aluno acesso às diferentes
- concepções, levando-os a uma análise crítica das mesmas.

 5. Oferecer campos de estágios que contemplem a prática destas diferentes concepções,
- na medida do possível.
 6. Desenvolver um sistema de acompanhamento e avaliação contínua dos estágios nos locais onde são desenvolvidos e dos resultados dos serviços prestados, buscando verificar sua adequação às necessidades de formação do aluno.
- 7. Promover a produção escrita, dentro de padrões aceitáveis, de toda a atividade acadêmica do aluno, inclusive trabalho de conclusão de curso ou monografia, oferecendo condições de divulgação e discussão no âmbito e fora da universidade.
- oferecendo condições de divulgação e discussão no âmbito e fora da universidade.
 8. Divulgar as ementas das disciplinas para possibilitar o conhecimento pelo aluno do seu conteúdo e cumprimento.
- Manter um espaço de discussão da Ética Profissional do ponto de vista filosófico, político e do Código de Ética nas diversas disciplinas e estágios.
- Buscar integração dos Conselhos Regionais de Psicologia com os Cursos para promoção de atividades relacionadas à formação e ao exercício profissional.

44

Paidéia, FFCLRP-USP, Rib. Preto, 7, Agosto/1994.





Novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Psicologia

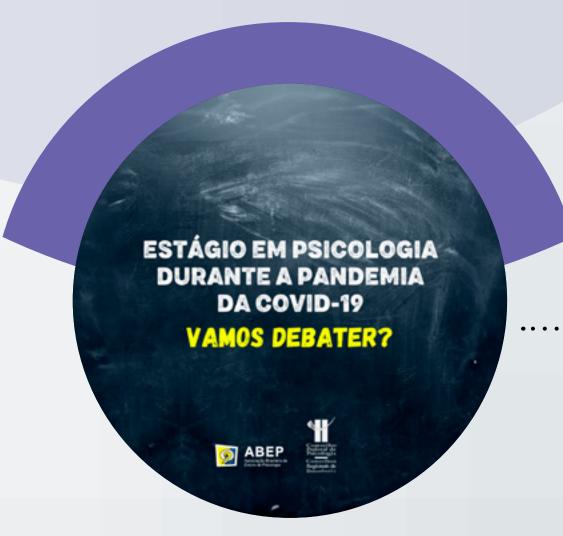
Foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução CNE/CES nº 1 de 11 de outubro de 2023, que homologa as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Elaboradas em um processo amplo, democrático e participativo, as DCNs reforçam a necessidade de uma formação presencial, voltada aos direitos humanos e às políticas públicas.

Qualidade da Formação

O CFP busca delinear questões emblemáticas que possam servir de orientação para a formação em Psicologia comprometida com as questões sociais presentes em nosso cotidiano.

O Conselho sustenta posição oficial contrária à possibilidade da formação em Psicologia em formato EaD. Isso porque a formação profissional em Psicologia implica a aquisição de habilidades e competências cujo desenvolvimento se dá mediante a presencialidade e o convívio no ambiente formativo.





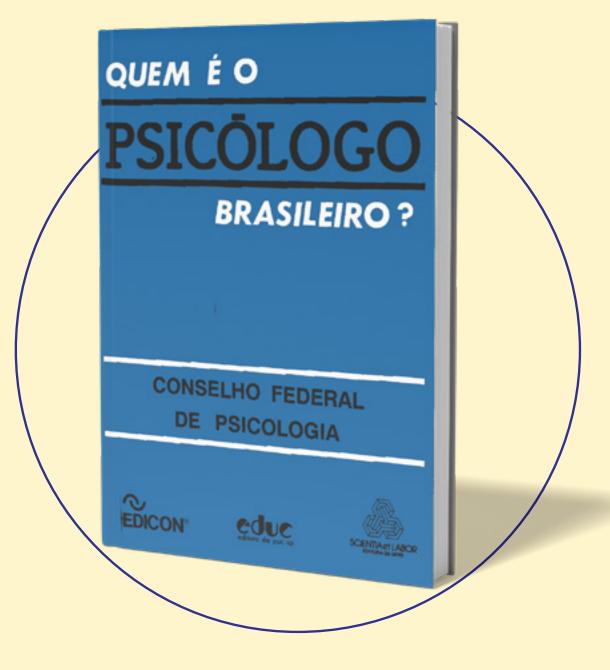
Clique nas imagens para saber mais:

Censo da Psicologia Brasileira

Em 1988, o Conselho Federal de Psicologia publicou o estudo "Quem é o psicólogo brasileiro". Quase quatro décadas depois, um novo levantamento apresenta dados relevantes sobre a categoria e a profissão

Quem é o Psicólogo Brasileiro

O Livro "Quem é o psicólogo Brasileiro" foi o primeiro estudo, de âmbito nacional, voltado a caracterizar o exercício profissional e a formação em Psicologia. Um extenso questionário aplicado a aproximadamente 2.700 profissionais.





Em 2022, o Conselho Federal de Psicologia publicou o maior levantamento de informações já realizado sobre o exercício profissional da Psicologia no país: o CensoPsi. A pesquisa foi concebida como uma ferramenta estratégica para acompanhar as transformações na profissão e projetar demandas que surgem dessas mudanças. Ao investigar as múltiplas dimensões da atuação dos profissionais, o CensoPsi proporciona um retrato abrangente das nuances do cenário atual.





Resolução nº 30/2022,

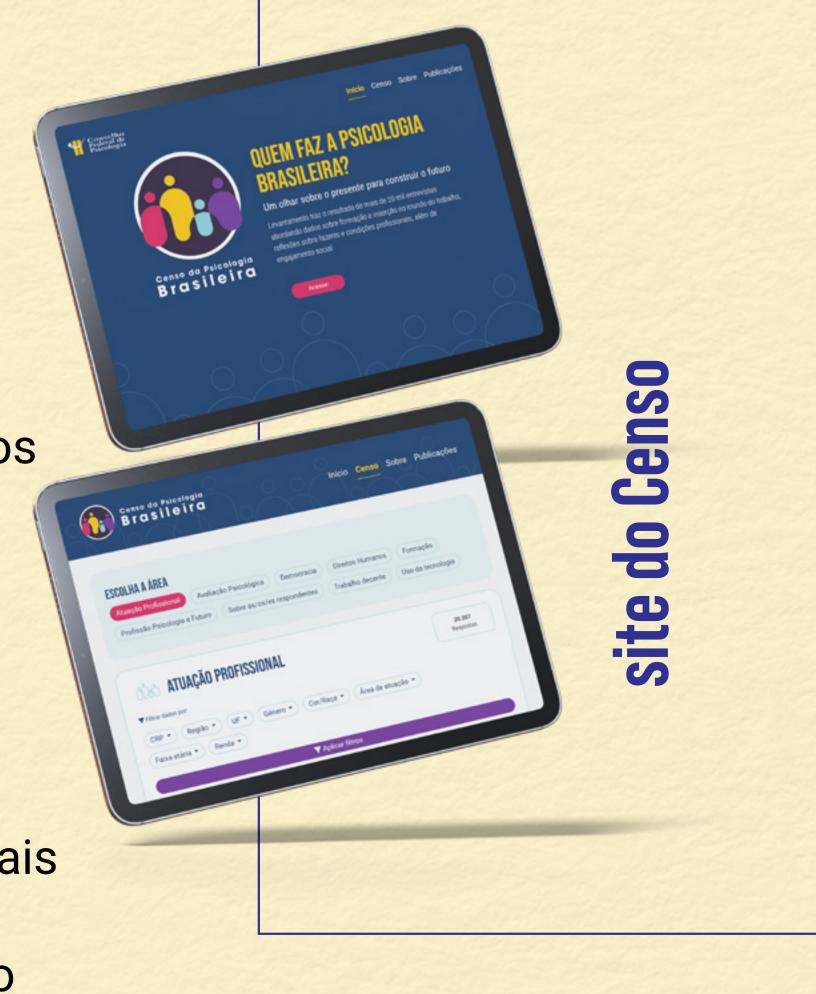
que institui o censo como ação permanente, com realização periódica de cinco em cinco anos.



Lançamento site Censo

Os dados desta que é a maior pesquisa já realizada sobre a profissão estão reunidos em um site temático elaborado pelo CFP e a SBPOT.

A página aponta os resultados obtidos a partir da amostra de mais de 20 mil psicólogas e psicólogos, destacando aspectos relacionados ao exercício profissional em sua configuração no presente e as bases para pensarmos o futuro da Psicologia.





CONPAS e suas contribuições à Psicologia

De acordo com o Censo SUAS 2019, aproximadamente 24,8 mil psicólogas(os) atuam na Política de Assistência Social em todo o país

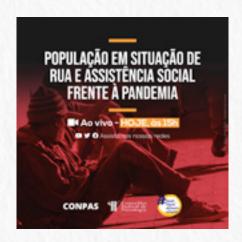
COMISSÃO NACIONAL DE PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL CONPAS

- A aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) abriram caminho para a inserção da Psicologia na Assistência Social.
- Conforme o Censo SUAS 2022, são aproximadamente 30,3 mil psicólogas e psicólogos atuando na Política de Assistência Social em todo o Brasil.
- O Código de Ética do Psicólogo está alicerçado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo fundamental que psicólogas e psicólogos atuem nas políticas públicas

- como espaço em que se materializam tais direitos.
- Em 2014, foi criada a
 Comissão Nacional de
 Psicologia na Assistência
 Social (CONPAS),
 atualmente regulamentada
 pela Resolução CFP nº
 7/2020.
 - Em articulação com os
 Conselhos Regionais de
 Psicologia, a CONPAS busca
 fortalecer o trabalho das(os)
 profissionais de Psicologia
 que atuam na Assistência
 Social, afirmando o papel
 e a contribuição da(o)
 psicóloga(o), bem como o
 compromisso ético-políticosocial da Psicologia nesta
 política.















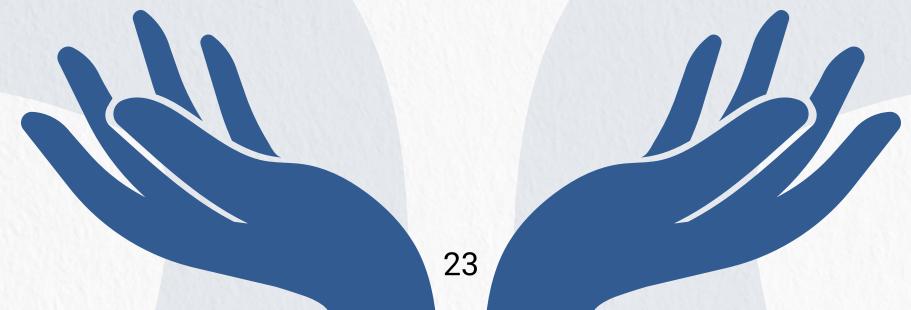


Atribuições da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS):

- Executar deliberações do CFP sobre Assistência Social;
- Propor a efetivação de propostas do Congresso Nacional de Psicologia – CNP para Assistência Social;
- Minutar ao CFP projetos de regulamentação, orientação e fiscalização do exercício profissional da Psicologia no âmbito da Assistência Social;
- WEBINÁRIOS
 PREPARATÓRIOS
 Rumo à 13º Conferência
 Racional de Rasistência Social
- Fomentar a participação da Psicologia em comissões, fóruns e conselhos de Assistência Social;
- Seminário Nacional
 PSICOLOGIA E ORFANDADE:
 DIREITOS DE ORIANÇAS
 E ADOLESCENTES

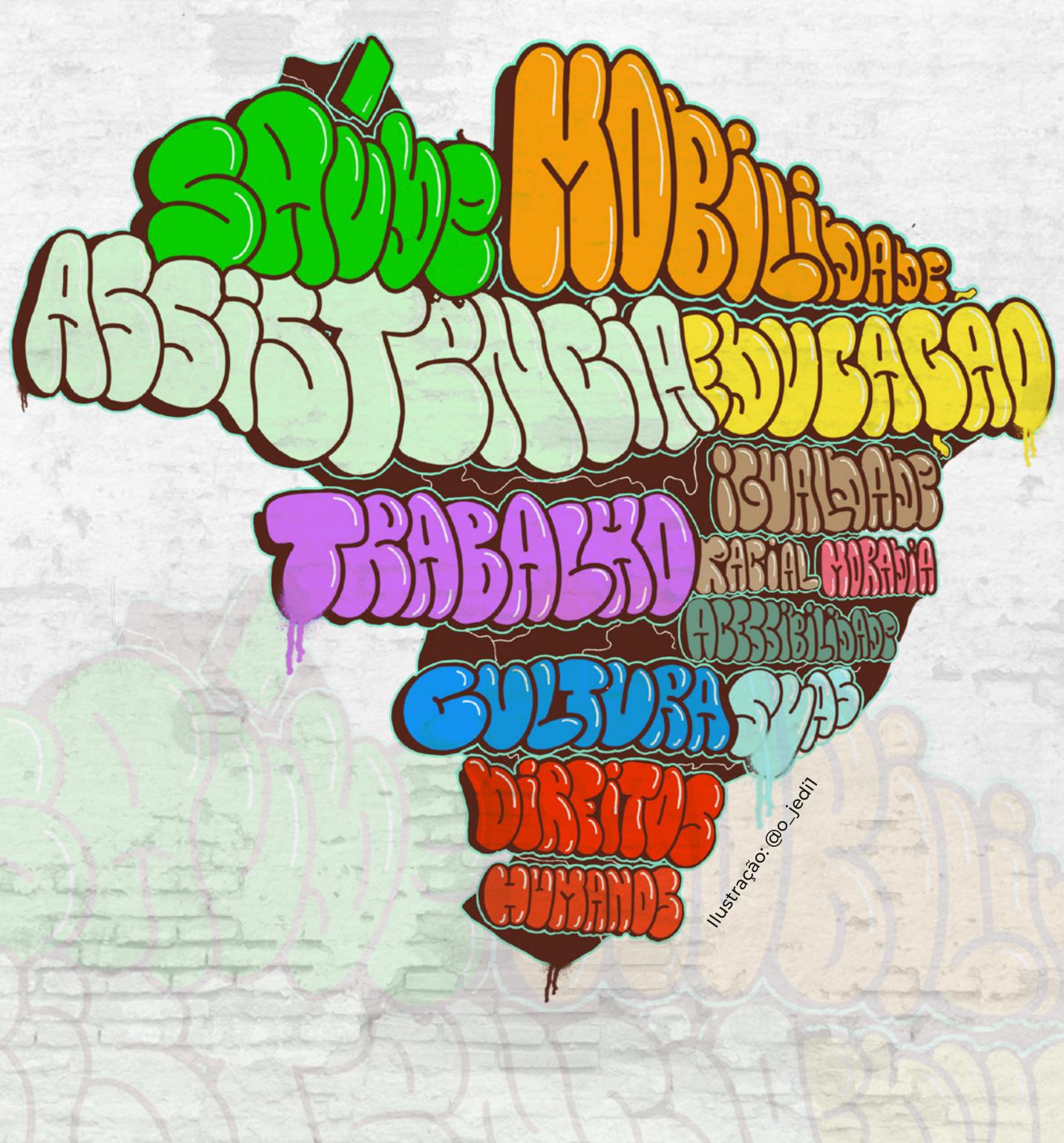
 10 de julho
 2 20
 9 930 às 174
 E hayanan yes
 halana 20
- Sugerir estratégias de consolidação da Política Nacional de Assistência Social PNAS;
- Subsidiar o CFP em questões correlatas à Assistência Social.





Psicologia nas políticas públicas

Alinhada a seu compromisso ético-político de saúde integral e promoção de direitos, a Psicologia está amplamente presente nas políticas públicas em todo o país



O SUS e o SUAS são os principais espaços de atuação de psicólogas(os) nas políticas públicas no Brasil, reunindo 21,75% da categoria. Com a aprovação da Lei 13.935/2019, estimase o aumento da presença de nossos(os) profissionais na política de educação básica.



O Banco Social de Serviços em Psicologia constitui-se como a iniciativa pioneira de produção de conhecimento na área das políticas públicas.

V Congresso
Nacional de
Psicologia, surge
a necessidade de produzir
referências da atuação em políticas
públicas, bem como a demanda por
um "Centro de Referência Técnica".



Em 2006, é criado o CREPOP – Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. Com foco na qualificação da atuação profissional e presente em todo o Sistema Conselhos, conta com uma metodologia sobre a atuação nesse campo, formando uma rede capilarizada de profissionais.

Desde sua criação, foram produzidas 32 Referências Técnicas com orientações para a categoria em diversos temas, com importante inserção entre profissionais e estudantes de Psicologia em todo o Brasil.



Atuação profissional em diversos campos temáticos

Atualmente, são 13 as especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia, resultado de um processo de regulamentação ao longo de mais de duas décadas

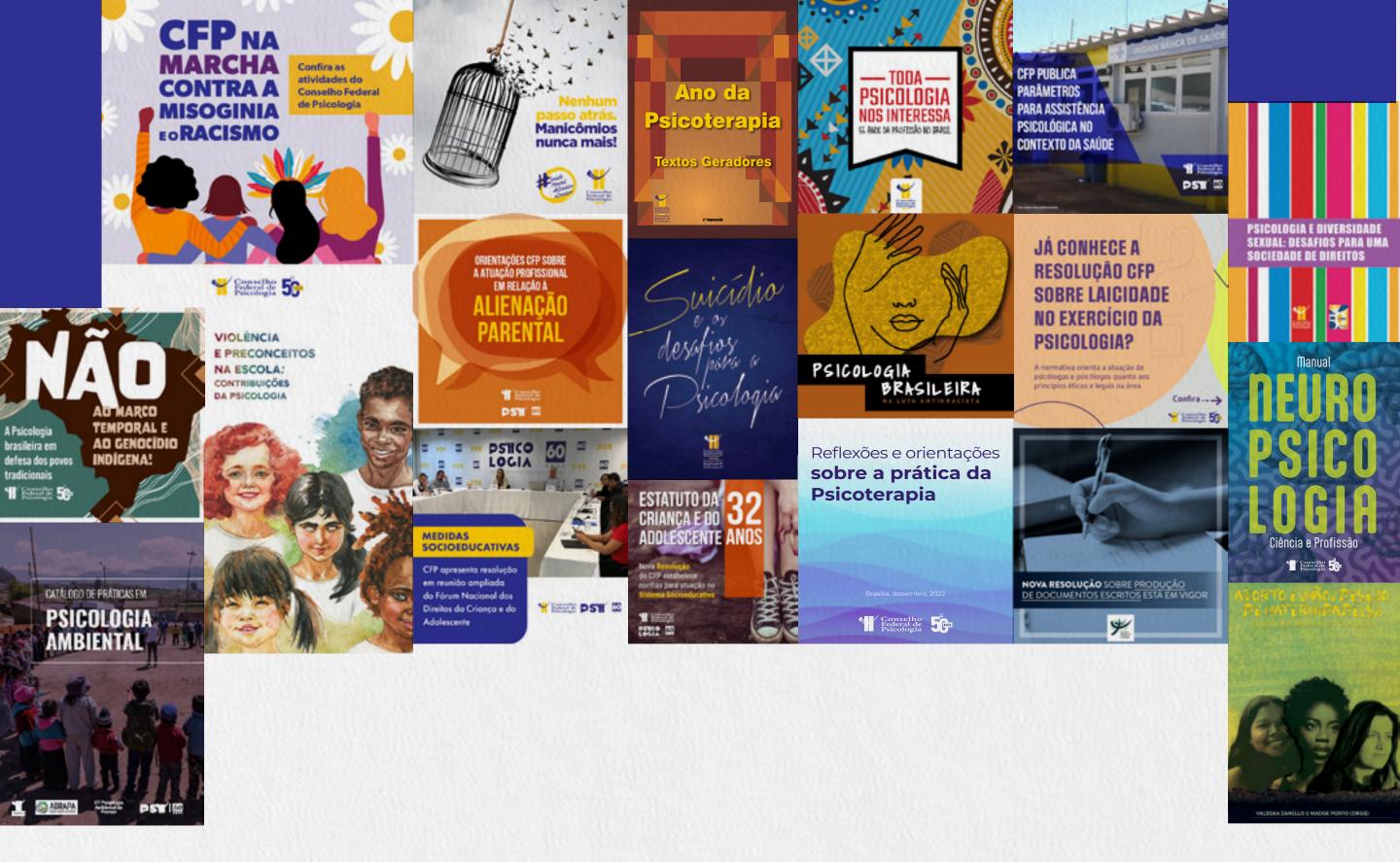
O registro de especialista é um reconhecimento, por parte do Sistema Conselhos de Psicologia, à experiência profissional e conhecimento da (o/e) psicóloga (o/e) em uma das áreas de especialidades determinadas na Resolução CFP 23/2022.

As especialidades concedidas atualmente são as seguintes:

- Psicologia Escolar/Educacional
- Psicologia Organizacional e do Trabalho
- Psicologia de Trânsito
- Psicologia Jurídica
- Psicologia do Esporte
- Psicologia Clínica
- Psicologia Hospitalar
- Psicopedagogia
- Psicomotricidade
- Psicologia Social
- Neuropsicologia
- Psicologia em Saúde
- Avaliação Psicológica

IA EUUCHCIUNHU UNUANIZAGIUNALE DU INADALIUM REPRIS IMO JURIDICA ESPURIE CLINICA

TALAR PSICOPEDAGOGIA PSICOMOTRICIDADE SICIAL NEUROPSICOLOGIA



Exercício Profissional

Com mais de 440 mil profissionais em todo o país, a Psicologia está presente em diversos espaços: na clínica, na assistência social, nas escolas, na saúde, na justiça, no trabalho, no esporte, na mobilidade humana e onde a atenção à saúde integral seja uma demanda. Psicólogas e psicólogos atuam na linha de frente na defesa dos mais vulneráveis e pela construção de uma sociedade onde a diversidade é valor a ser respeitado e promovido.



Resoluções

Resolução CFP nº 14/2000

Institui o título profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.

Psicologia Escolar/
Educacional
Psicologia do Trabalho
Psicologia de Trânsito
Psicologia Jurídica
Psicologia do Esporte
Psicologia Hospitalar
Psicologia Clínica
Psicopedagogia
Psicomotricidade

Resolução CFP nº 05/2003

Regulamenta nova especialidade: Psicologia Social

Resolução CFP nº 02/2004

Regulamenta nova especialidade: Neuropsicologia

Resolução CFP nº 13/2007

Consolida as modalidades de obtenção do registro de especialista e regras para credenciamento de cursos.

Resolução CFP nº 13 de 2016

Regulamenta nova especialidade: Psicologia em Saúde

Resolução CFP nº 18 de 2019 Regulamenta nova especialidade: Avaliação

Psicológica

Resolução CFP nº 23 de 2022

- Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas
- Reconhece as especialidades da Psicologia
- Revoga as Resoluções: 23/2022
 ; 13/2007; 3/2016; 18/2019

Especialidades da Psicologia: um pouco de história

- O processo de regulamentação do registro de especialista teve início no ano de 1999, com a aprovação da Resolução nº 14, de 20 de dezembro de 2000, na Apaf.
- O reconhecimento das especialidades, via Conselho Profissional, reflete a trajetória da Psicologia como ciência e profissão regulamentada.
- A resolução CFP nº 23,de 13 de outubro de 2002, é o resultado do esforço do Sistema Conselhos em reafirmar as especialidades já consolidadas da Psicologia. O objetivo é aprimorar os critérios de concessão de registro e garantir a qualificação profissional, de modo a fortalecer o reconhecimento social da profissão.

PRINCIPIOS F

I. O psicó dignidade embasam

Psicologia brasileira e a (Resolução CFP promoção dos direitos humanos

Criação das CDHs institucionaliza compromisso dessa ciência e profissão no enfrentamento a todas as formas de desigualdade, violência e opressão. Confira essa história

O Conselho Federal de Psicologia criou sua Comissão de Direitos Humanos (CDH) em 7 de agosto de 1997. A partir de 1998, foram instituídas as Comissões de Direitos Humanos nos Conselhos Regionais de Psicologia. A CDH promove reflexão sobre os Direitos Humanos no exercício profissional da Psicologia, intervindo nas situações em que há violações e participando de iniciativas junto à sociedade civil e os movimentos sociais.

PRINCÍPIOS

dignida

embasa

(Resolução Cl

FUNDAMENTAIS

ólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da libero e, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos val

P 010/05 — Código de Ética Profissional do Psicólogo)

Ações Realizadas

Fundação da **Comissão Nacional de Direitos Humanos** do Conselho Federal de Psicologia

Instituição da CDH/CFP por meio da

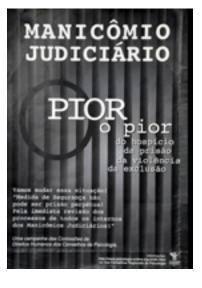
Resolução CFP 11/1998

I Seminário Nacional de Direitos Humanos:

Psicologia, Direitos Humanos e Sofrimento Mental

Resolução CFP 01/1999

- Estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação à questão da Orientação Sexual



Campanha Manicômio Judiciário: O pior do pior



III Seminário Nacional de Direitos Humanos: Psicologia, Direitos Humanos, Epistemologia e Ética



II Seminário Nacional de Direitos Humanos:

Práticas psicológicas: compromissos e comprometimentos



Campanha Para nossas crianças, nem cadeia nem caixão

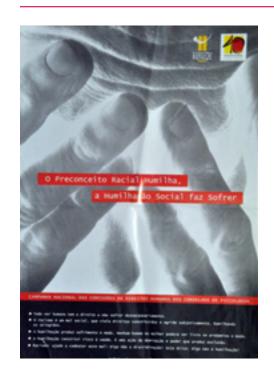


Sou Lo



Resolução CFP 18/2002 -

Estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação a preconceito e discriminação racial



IV Seminário Nacional de

sicologia e Direitos Humanos

Psicologia e Direitos Humanos

Subjetividade

e Exclusão

l2 a l4 de dezembro de 2002

Campanha

O Preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer





N 0 0 N



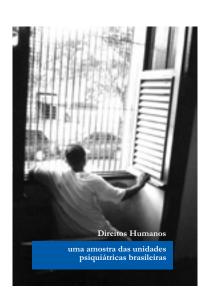
Campanha Eletrochoque?

Não, obrigado!

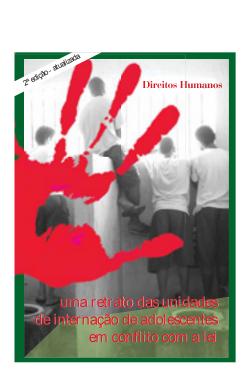


Exclusão

Campanha Combate à Tortura Manicomial



1^a Inspeção nas Unidades Psiquiátricas Brasileiras

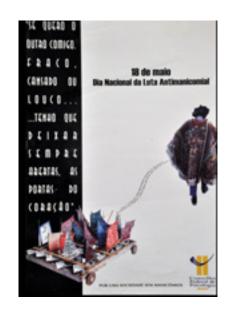


2^a Inspeção nas Unidades de Internação para adolescentes em conflito com a lei

V Seminário Nacional de Direitos Humanos: Psicologia e Direitos Humanos; desafios contemporâneos



Campanha Por uma Sociedade Sem Manicômios





Campanha

Educação Inclusiva, Direitos Humanos na escola!

Campanha

O que é feito para excluir não pode incluir! Pelo fim da violência nas práticas de privação da liberdade





Campanha Dia da Luta Antimanicomial



2005

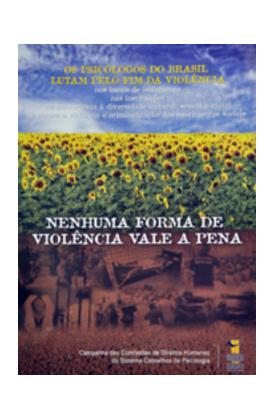
2007

2000

3ª Inspeção

em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)

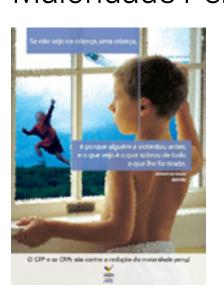




ESCOLA

Campanha

Contra a Redução da Maioridade Penal



10 Anos da CDH/CFP:

10 anos de luta!



Campanha

Nenhuma forma de violência vale a pena

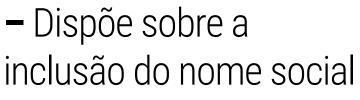
Campanha

Adoção, um direito de todos!

SEMINÁRIO NACIONAL

VI Seminário:

Nenhuma forma de violência vale a pena



Resolução CFP 14/2011

da Carteira de Identidade Profissional do Psicólogo





Campanha Dia Nacional da Luta Antimanicomial -2009

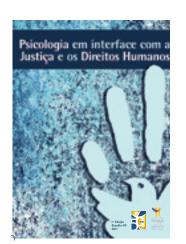
Campanha

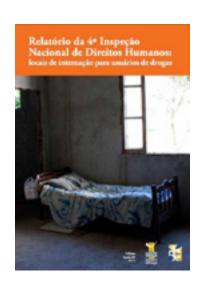
Em nome da proteção e do cuidado, que formas de exclusão temos produzido?



Campanha

Psicologia em Interface com a Justiça e os Direitos Humanos





VII Seminário **Nacional de Direitos Humanos: Drogas:**

Direitos Humanos e laço social



Inspeção aos Manicômios



4^a Inspeção em locais de internação para usuários de drogas

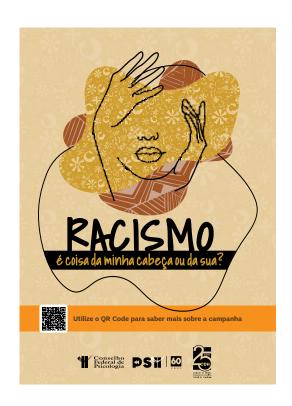




Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas

Resolução CFP 08/2020 -

Estabelece normas de exercício profissional da Psicologia em relação às violências de gênero.



Campanha

Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?

PSICOLOGIA E DEMOCRACIA: NENHUM DIREITO A MENOS AMENOS AMENOS AMENOS

VIII Seminário Nacional de Direitos Humanos:

Psicologia e Democracia: Nenhum direito a menos

Campanha

A Psicologia respeita as pessoas.



Inspeção Nacional em Hospitais Psiquiátricos no Brasil.



Resolução CFP 01/2018

 Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis

IX Seminário Nacional de Direitos Humanos:

Radicalizar o direito à vida é semear futuros possíveis



Resolução CFP 08/2022

 Estabelece normas de atuação para profissionais da Psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais.

N O

NON

Psicologia e a evolução ético-profissional

Os princípios éticos que norteiam a atuação de psicólogas e psicólogos são resultado de avanços alcançados ao longo da evolução da Psicologia como ciência e profissão



O Conselho Federal de Psicologia foi criado durante a ditadura militar – e seu primeiro, segundo e terceiro códigos de ética também.

O primeiro Código foi instituído pela Resolução CFP 008/1975 e vigorou por cerca de quatro anos. Em 1979, já nos últimos anos de ditadura militar e com o crescimento no número de psicólogos, foi lançado um novo Código de Ética, aprovado sob a Resolução CFP 029/1979.

O terceiro Código de Ética (Resolução CFP 002/1987) surge durante o início da redemocratização do país e o forte contexto de desigualdade social. É um Código elaborado com foco na realidade brasileira, considerando as angústias vividas também pela classe profissional.

O mais recente <u>Código de Ética Profissional</u>

(Resolução CFP 10/2005)
é baseado na Declaração
Universal de Direitos Humanos
e dialoga com as necessidades
apresentadas pela Constituição
Cidadã de 1988. O Código
estabelece o compromisso
ético-político da Psicologia
como ciência e profissão e sua
missão para a saúde integral e
a promoção de direitos.



Profissão Psicólogo Collega de Processado Concetado Concetado

Comissões de Ética e Código Disciplinar

A partir da elaboração do Código de Ética, o CFP percebe a necessidade de regulamentar também a disciplina, via instauração, instrução (condução) e julgamento de Processos Disciplinares Éticos representados em desfavor dos psicólogos, de acordo com o que estabelece a lei.



É dessa atribuição que surge o Código de Processo Disciplinar. Ao longo de seus 50 anos, o Conselho Federal de Psicologia já publicou sete edições de seu CPD. O atual está regulamentado pela Resolução 011/2019 e, complementado pela Resolução CFP nº 07/2016, que normatiza a mediação e outros meios de solução consensual de conflitos.

Desse modo, a Comissão de Ética opera, no âmbito dos Conselhos Regionais, como um órgão de assessoria ao Plenário que atua como um Tribunal Regional de Ética, enquanto o CFP opera como um Tribunal Superior de Ética Profissional.



Articulação institucional estratégica

O CFP tem como parte de sua missão atuar como órgão consultivo em matérias afetas à Psicologia. Conheça esses processos de incidência e sua relevância para a Psicologia e a conjunto da sociedade



Controle social das políticas públicas

O CFP atua em diversas instâncias de controle social, participando de fóruns e de Conferências Nacionais que monitoram e propõem políticas públicas. Também compõe grupos de trabalho em diferentes temas relacionados ao exercício profissional, servindo de órgão consultivo em matéria de Psicologia ao governo e às instituições públicas e privadas em temas relevantes para a sociedade.

Diálogo com movimentos sociais

As ações de articulação interinstitucional também são marcadas pelo diálogo com diferentes representações da sociedade civil, como o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira e demais Conselhos Profissionais. Outro importante espaço de interação está no relacionamento com os movimentos sociais, atuando de forma atenta e aberta às demandas apresentadas pelos sujeitos que, a partir de suas experiências, pautam lutas para ampliar os direitos sociais e a democracia.



Articulação no Congresso Nacional

Com a função de propor ao poder competente alterações da legislação relativa ao exercício da profissão, prevista na Lei 5.766/1971, o CFP desenvolve ações de incidência política para valorização da categoria e qualificação de suas práticas. A aprovação da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia nas redes da Educação Básica, é a conquista mais recente dessa atuação.

Incidência no Judiciário

No âmbito do Poder Judiciário, a Psicologia também tem exercido seu papel de órgão consultivo em temas relevantes para a sociedade. O Conselho Federal de Psicologia está entre as instituições reconhecidas pela legislação brasileira para atuar como amicus curiae em ações que tramitam na esfera judicial, notadamente no Supremo Tribunal Federal (STF). Ao longo dos anos, o CFP tem oferecido importantes contribuições em ações que debatem temas de grande repercussão, de modo a fortalecer a



Resgate e preservação da memória da Psicologia

Iniciativa prevê uma série de ações permanentes e tem como objetivo registrar e fortalecer o legado da nossa ciência e profissão

Em janeiro de 2023, o CFP publicou a Resolução CFP 01/2023 para instituir, em caráter permanente, a política de preservação da Memória da Psicologia Brasileira.

Entre os objetivos está o fomento e divulgação da história da Psicologia Brasileira e do Conselho Federal de Psicologia, além de fundação de museu dedicado à Memória da Psicologia Brasileira.

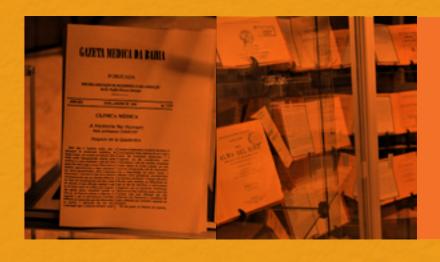
AÇÕES REALIZADAS



Coleção **Clássicos da Psicologia Brasileira**



Dicionários



Realização da exposição "Memória da Psicologia em Obras Raras e Valiosas" – acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia





Coleção **Pioneiros da Psicologia Brasileira**





Coleção Histórias da Psicologia no Brasil

Exposição Psicologia: 50 anos de Profissão no Brasil (2012) durante a Il Mostra de Práticas Psicológicas

PRÓXIMAS AÇÕES

Edital de fomento para os Conselhos Regionais promoverem ações de registro e promoção de memória institucional

Realização da série Papos, Laços e Abraços explorando temas e campos da Psicologia

Lançamento da terceira edição do do Dicionário Biográfico da Psicologia no/do Brasil - Pioneiros

Organização, recuperação e digitalização dos acervos históricos do Conselho Federal de Psicologia

Registro da memória dos presidentes e membros de todos os plenários do CFP

Articulação nacional com a categoria profissional para captação de conteúdo histórico

Premiações CFP valorizam atuação profissional

Ao longo dos anos, uma série de honrarias destacou o trabalho realizado por psicólogas e psicólogos nos mais variados contextos e temáticas

Ao longo de seus 50 anos, o CFP tem um histórico na constituição de prêmios relacionados ao exercício da Psicologia como ciência e profissão. São quase duas dezenas de premiações que buscam reconhecer a produção científica e estimular psicólogas e psicólogos a relatarem suas experiências profissionais. Além disso, prestam homenagens a profissionais que contribuíram de forma destacada para a profissão.

1995

Prêmio Professor Halley Alves Bessa

Criado pela Resolução 4/1995

1997

Prêmio Monográfico Madre Cristina Sodré Dória

Criado pela Resolução 6/1997

1998

Prêmio Monográfico Emílio Mira y Lopez

Criado pela Resolução 5/1998

1999

Prêmio Monográfico
Helena Antipoff
Criado pela

Criado pela Resolução 2/1999



2000



Prêmio Monográfico Hélio Pellegrino Criado pela Resolução 1/2000

2001

Prêmio Monográfico Arthur Ramos

Criado pela Resolução 9/2001



2003



Prêmio Monográfico Dante Moreira

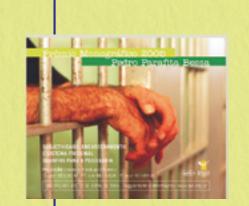
2005

Prêmio Monográfico Pedro Parafita Bessa

Criado pela Resolução 9/2005

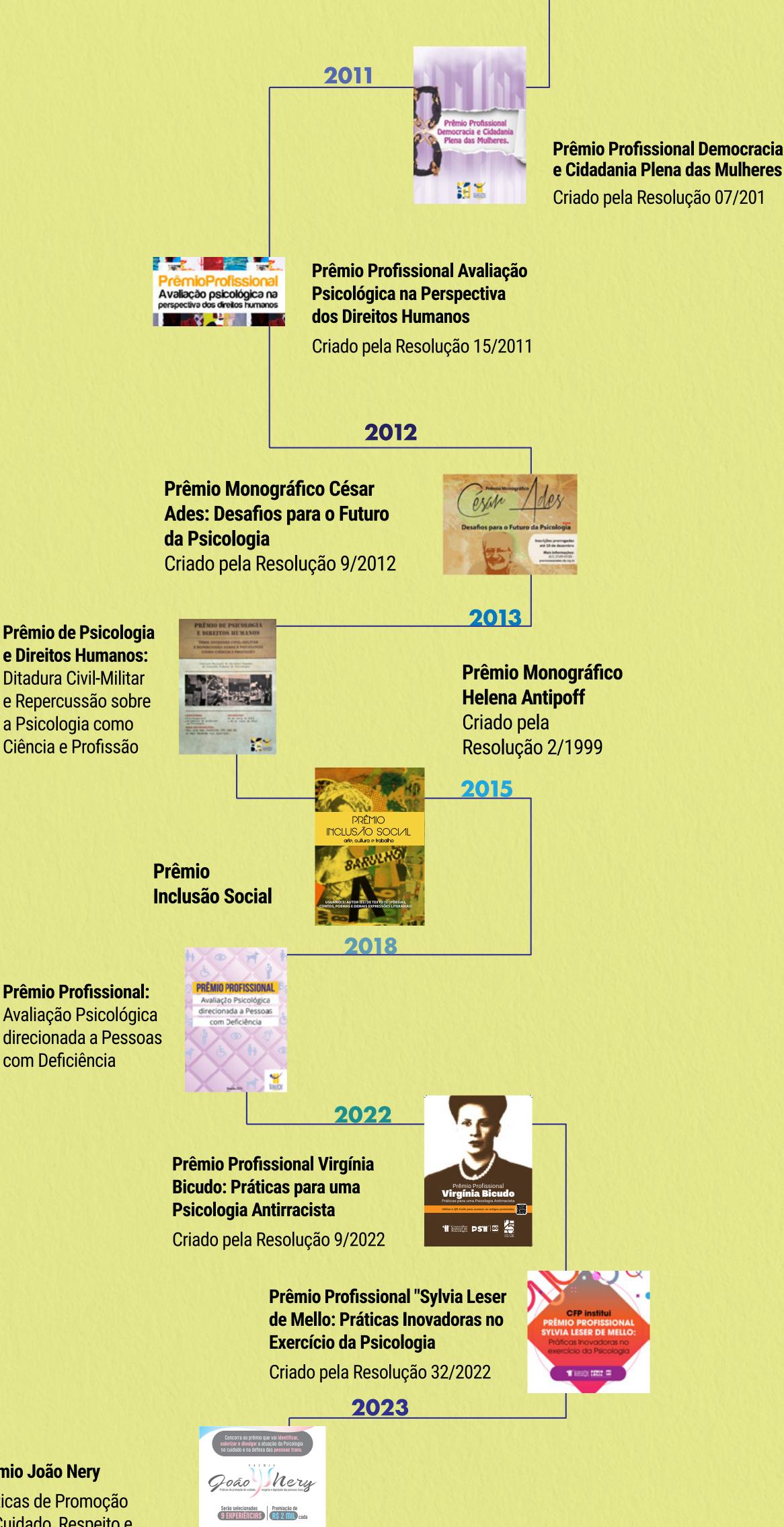


2006



Prêmio Monográfico Paulo da Silveira Rosas

Criado pela Resolução 12/2006



Prêmio João Nery

com Deficiência

Práticas de Promoção de Cuidado, Respeito e Dignidade das Pessoas Trans

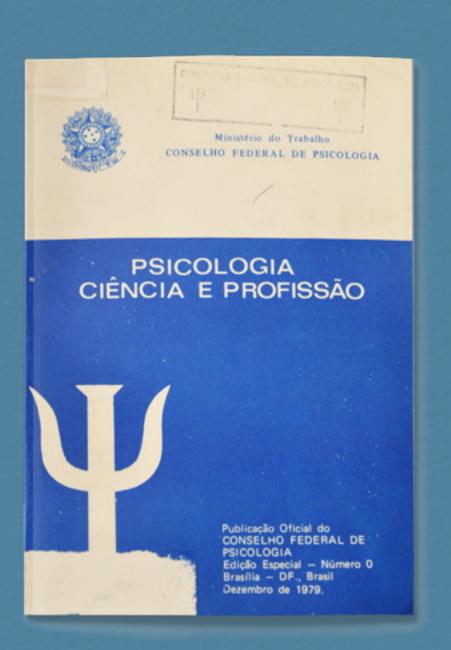
A produção do conhecimento e o exercício da Psicologia

Importantes periódicos elaborados pelo CFP contribuiram para fomentar o debate sobre os principais temas relevantes não apenas à própria ciência e profissão, mas também à sociedade brasileira

Revista Psicologia: Ciência e Profissão

Editada desde 1979, a revista

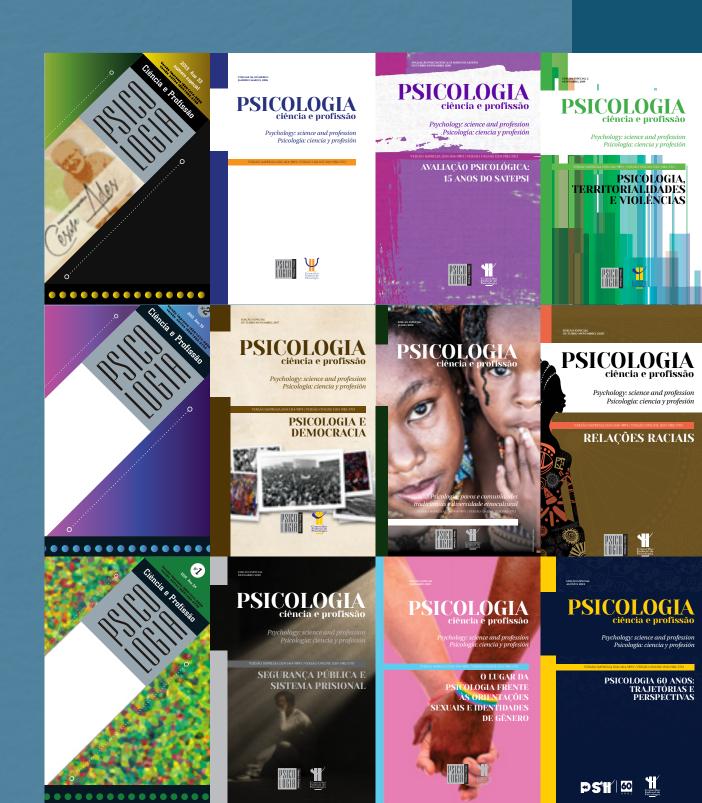
Psicologia: Ciência e Profissão é
uma publicação científica
de excelência internacional,
classificada com a nota A2 no
sistema Qualis de avaliação de
periódicos da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior (Capes).



Revista Psicologia: Ciência e Profissão Nº 0 - Dezembro de 1979

O periódico reúne artigos originais referentes à atuação profissional da(o) psicóloga(o),

à pesquisa, ao ensino ou à reflexão crítica sobre produção de conhecimento na área da Psicologia contribuindo para a formação profissional e a socialização do conhecimento.

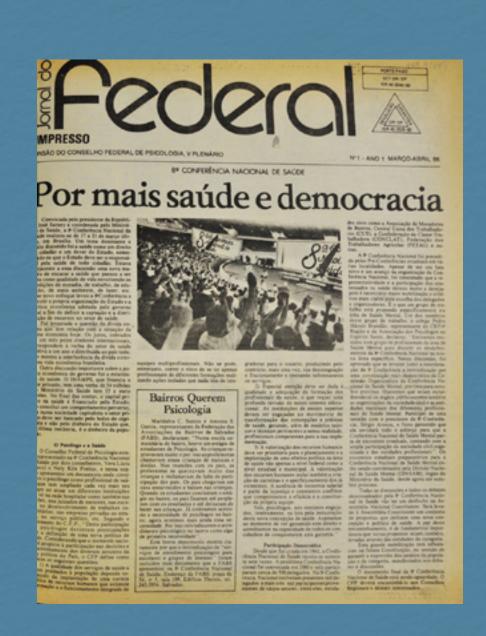


Jornal do Federal

O Jornal do Federal foi estabelecido pelo V Plenário do CFP em dezembro de 1985 e lançado em 1986.

Sua criação visava não apenas informar, mas também promover o debate e a troca de ideias entre a categoria.

Ao longo dos anos, destacou questões regionais com impacto nacional. Em 1986, abordou a 8ª Conferência Nacional de Saúde e a formação da Comissão de Reforma Sanitária. Durante a Assembleia Constituinte, enfocou o papel da categoria diante da repressão aos movimentos reivindicatórios. Atualmente, está em sua 117ª edição.



Jornal do Federal Nº 1 – Março/abril de 1986













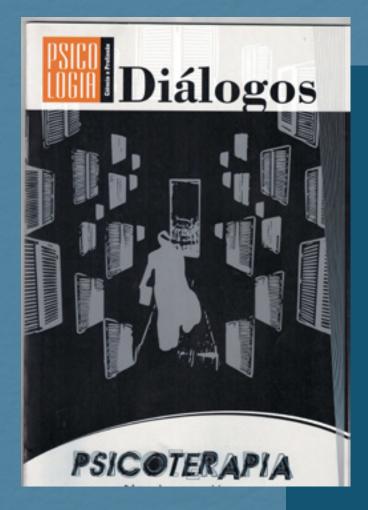


Revista Diálogos

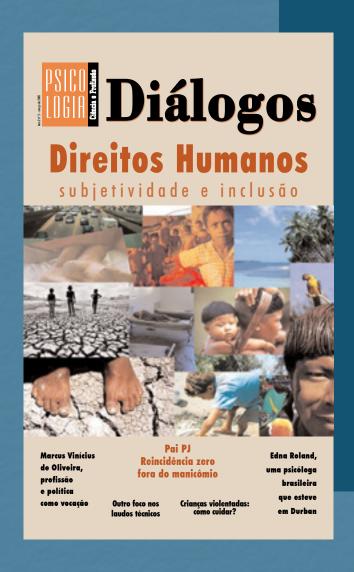
A revista Diálogos teve seu primeiro número publicado em 2004.
O periódico, produzido com o apoio dos Conselhos Regionais, foi criado para possibilitar um amplo diálogo entre a categoria e busca abarcar toda a diversidade de temáticas e reflexões no campo da atuação profissional.

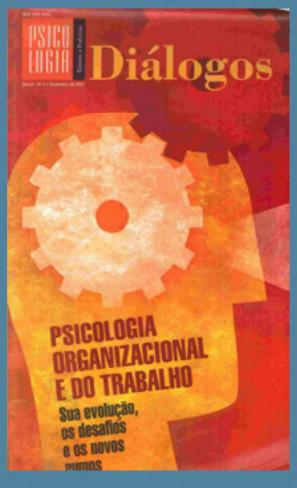
Questões relacionadas à Psicoterapia, Educação, Avaliação Psicológica, Psicologia no Esporte, Psicologia Jurídica, Álcool e Outras Drogas, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos e Psicologia Organizacional e do Trabalho já foram tema das mais de 13 edições.

Neste ano, a Portaria CFP nº 120/2023 institucionalizou a publicação da Revista.

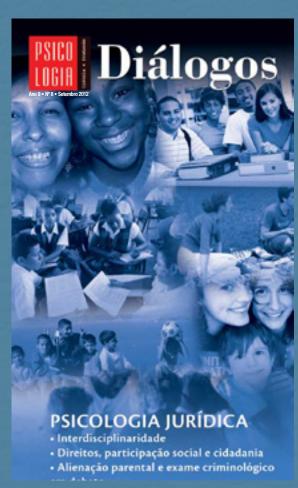


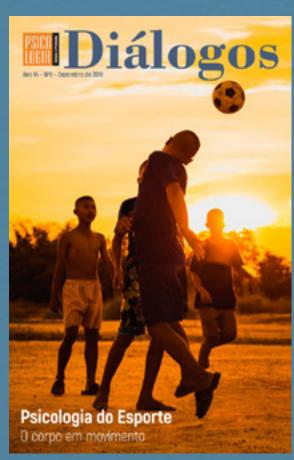
Revista Diálogos N° 1 – abril de 2004



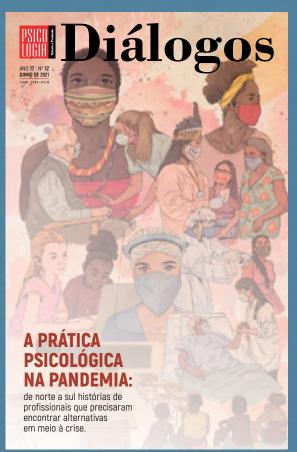














Novo sistema possibilitará a avaliação da compatibilidade entre a prática psicológica e os princípios éticoscientíficos da profissão

Inovador em todo o mundo, o SAPP tem por objetivo avaliar se as práticas a ele submetidas cumprem os princípios científicos e éticos da Psicologia brasileira, qualificando o exercício profissional.

Criação do SAPP

Em agosto de 2022, o CFP criou, por meio da Resolução CFP nº 18 o Sistema de Avaliação de Práticas Psicológicas Aluízio Lopes de Brito, o SAPP. A denominação do Sistema é uma celebração ao seu idealizador, o psicólogo Aluízio Lopes de Brito, falecido em 2020 vítima de Covid-19.



Em março de 2023, a Comissão Consultiva do SAPP fez sua 1ª reunião, dando início ao delineamento de aspectos estruturais relativos ao Sistema.



Em abril de 2023, a Comissão dialogou com especialistas acerca de aspectos conceituais implicados na avaliação de práticas no SAPP.

Lançamento do SAPP em Sessão Solene

O SAPP foi oficialmente lançado em 18 de agosto de 2023, durante sessão solene em homenagem aos 50 anos do primeiro Plenário do CFP. Na ocasião, foi assinada a Resolução CFP nº 15/2023, que estabelece as diretrizes para o funcionamento do SAPP.

VENHA AJUDAR
A DEFINIR
QUAIS PRÁTICAS
ATENDEM ÀS
DIRETRIZES ÉTICAS
E CIENTÍFICAS
DA PSICOLOGIA
BRASILEIRA

Seja parecerista do novo **Sistema de Avaliação de Práticas Psicológicas** (SAPP)

Confira o edital e participe!



Seleção de pareceristas ad hoc do SAPP

Por meio do Edital CFP nº 03/2023, foram selecionados psicólogas(os) e pesquisadores graduadas(os) em Psicologia qualificados para a composição do 1º banco de pareceristas.

Difusão do SAPP e de seu funcionamento



Participação da Comissão do SAPP em reunião do FENPB (junho/2023)



Encontro de COEs e COFs (agosto/2023)



Live sobre o SAPP (setembro/2023)



